

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.873 - SP (2019/0241912-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ROMUALDO MALAMAN
ADVOGADO : HELIELTHON HONORATO MANGANELI - SP287058
AGRAVADO : BANCO BMG SA
ADVOGADOS : ANDRÉ RENNÓ LIMA GUIMARÃES DE ANDRADE - MG078069
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO - MG084400

DECISÃO

Em virtude das razões expostas na petição de fls. 276-280, e-STJ, reconsidero a decisão de fls. 271-272 (e-STJ), proferida pela Presidência desta Corte Superior, pois houve a impugnação aos fundamentos da decisão agravada. Dessa forma, passo à nova análise do agravo interposto por ROMUALDO MALAMAN contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, em face de acórdão assim ementado:

CONTRATO BANCÁRIO – Alegada ausência de contratação e autorização para os descontos efetuados nos proventos de aposentadoria da autora sob a denominação de “empréstimo sobre a RMC”, relativamente a margem consignável de cartão de crédito não solicitado – Prova documental da adesão do autor ao cartão de crédito consignado bem como de autorização para desconto do valor correspondente no provento de aposentadoria – Improcedência mantida – Recurso improvido.

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos arts. 4º e 6º, V, 39, I, IV e V, e 51, I, IV e VX, do Código de Defesa do Consumidor, assim como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que "Reconheceu, que a possibilidade de revisão do contrato, consoante a inteligência do art. 6º, inciso V do CDC, pois prevê a modificação das cláusulas contratuais, se nelas estiverem prestações desproporcionais e excessivamente onerosas, especialmente, quando se trata de contrato de adesão, como na hipótese vertente, cujas cláusulas obscuras não asseguram o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes" (fl. 231-232).

Aponta que, "Conforme exposto, no caso do acórdão paradigma, a omissão das informações referentes ao crédito contratado, violou o dever derivado da boa-fé

objetiva, ao qual está presente no âmbito de todas as relações negociais, induzindo sem sombra de dúvidas, o autor à compreensão de que, ao utilizar o valor do crédito fornecido, estaria o consumidor celebrando contrato de empréstimo consignado, gerando um grande ônus ao consumidor. Por consequência foi negado provimento integral ao recurso interposto pela ré" (fl. 232).

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente agravo, verifico que esse não merece provimento, senão vejamos.

O Tribunal de origem, ao analisar as circunstâncias fáticas e as provas carreadas aos autos, assim entendeu (fls. 214-215):

3. De feito, os documentos de fls. 147/149 comprovam a adesão do apelante ao cartão de crédito consignado do apelado.

Assim, a despeito do apelante alegar que o cartão de crédito não foi por ela solicitado, referido documento indica claramente que se trata “Termo de Adesão Cartão de Crédito Consignado Banco BMG e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento” (fls. 147) e exigiu o banco assinatura da apelante em campo específico para desconto do valor mínimo da fatura mensal e alteração do valor descontado no caso de redução da margem consignável (fls. 149).

Destarte, observado o artigo 373 do Código de Processo Civil, os documentos juntados aos autos confirmam a existência de relação jurídica entre as partes, consistente em assinatura de termo de adesão de cartão de crédito consignado junto ao banco apelado e autorização para desconto em folha de pagamento.

Daí que por meio do referido contrato, o apelante autorizou a sua fonte pagadora a realizar o desconto mensal em seu benefício, em favor do apelado, para pagamento correspondente ao valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado contratado.

Acrescenta-se, por oportuno, que o desconto impugnado pelo apelante denominado “reserva de margem consignável” (RMC) encontra-se previsto no art. 6º da Lei nº 10.820/2003, com redação dada pela Lei nº 13.175/2015, *in verbis*:

“Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição

financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.”

De seu turno, O INSS expediu a Instrução Normativa INSS/DC nº 121, de 1º de julho de 2005, alterada pela Instrução Normativa n. 25, de 07 de janeiro de 2008, que estabelece expressamente no art. 1º a possibilidade de conceder até dez por cento do valor do benefício para operações com cartão de crédito, como Reserva de Margem Consignável, exclusiva mente para pagamentos das operações de crédito (inciso VI), observado o limite total de 30% do benefício (§ 2º).

In casu, verifica-se que efetivamente houve contratação entre as partes, conforme se infere do documento de fls. 147/149, os quais se encontram firmados pelo apelante, a qual não impugnou a autenticidade das assinaturas lançadas nos referidos documentos, razão pela qual não há falar em inexistência do contrato ou vício de consentimento na contratação.

Na hipótese vertente, inegável a obrigatoriedade do contrato e a exigência do débito, tendo em vista a ausência de qualquer vício a macular a manifestação de vontade do apelante.

Destarte, havendo prova documental da adesão do apelante ao cartão de crédito consignado administrado pelo banco apelado bem como da autorização para desconto da reserva de margem consignável no provento de aposentadoria do autor, a improcedência da demanda era mesmo a solução adequada que ao caso se impõe.

(...).

5. Por fim, inexistindo qualquer abusividade no procedimento adotado pelo apelado, como exposto no item 3 acima, inviável também se revela o pedido de readequação do empréstimo no cartão de crédito para empréstimo consignado.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pelo Tribunal local, o qual entendeu que houve prova documental da adesão do autor ao cartão de crédito consignado bem como de autorização para desconto do valor correspondente no provento de aposentadoria, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento

que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte.

Com relação ao apontado dissídio jurisprudencial, ressalte-se que não se pode conhecer de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, se não estiver comprovado nos moldes dos arts. 1029, § 1º, do Código de Processo Civil/2015; e 255, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno do STJ. Vale destacar que as circunstâncias fáticas e as peculiaridades diferem em cada caso, o que inviabiliza, em regra, o recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial, que se funda em premissa fático-probatória e, particularmente, no caso concreto em que os fatos e provas dos autos não se revelam análogos aos dos paradigmas.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora